

A. I. Nº - 130076.0012/02-9
AUTUADO - TÂNIA MOREIRA DOS SANTOS ME
AUTUANTE - PAULO DAVID RAMOS DE ALMEIDA
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 25.03/03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0072-03/03

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. MICROEMPRESA. Constatado que não foram efetuados os pagamentos do imposto, nos meses em questão. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 31/12/2002, no qual se exige ICMS de R\$375,00 e multa de 50%, foi lavrado em decorrência da falta de recolhimento do ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es), na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA).

O autuado, tempestivamente, ingressa com defesa, fls.14, e aduz que a cobrança relativa à falta de pagamento, de todas as competências apresentadas no Auto de Infração, é equivocada, conforme comprovantes de pagamentos em anexo. Entende que o Auto de Infração é Improcedente.

O autuante presta informação fiscal, fl.28, e diz que o autuado apresentou em sua defesa documentos que não condizem com a realidade dos fatos, pois juntou contas de energia elétrica, nas quais o número do contrato se refere a outro estabelecimento (filial), situada no município de Mutuípe, Bahia, conforme documentos de fls. 28,29 e 30. Espera pela Procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente processo exige ICMS pelo fato de o autuado não ter efetuado o recolhimento do ICMS relativo aos meses de setembro a dezembro de 2001; e de abril, maio, junho, agosto a novembro de 2002.

Em sua peça defensiva, o impugnante faz a juntada de algumas notas fiscais/Conta de Energia Elétrica, tentando comprovar o pagamento das quantias exigidas, (fls. 15 a 25 do PAF). Contudo, verifico que estas não se prestam para elidir a infração, pelos seguintes motivos:

1. O documento de fl. 16, refere-se ao mês de março de 2002, que não é objeto deste Auto de Infração.
2. O DAE de fl. 17, refere-se ao ICMS do mês de fevereiro de 2002, que também não está sendo exigido neste Auto de Infração.
3. Os demais documentos de fls. 18 a 25, são referentes ao Contrato nº 0035360360, do estabelecimento inscrito sob nº 056.865.442, conforme consta no INC- Informações do Contribuinte de fl. 30, e portanto não têm pertinência com o estabelecimento autuado.

Ademais, consultando o Sistema de Arrecadação da SEFAZ, INC- Informações do Contribuinte, constatei que o autuado, efetivamente, não efetuou recolhimento de ICMS relativo aos meses objeto da presente ação fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **130076.0012/02-9**, lavrado contra **TÂNIA MOREIRA DOS SANTOS ME** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$375,00**, acrescido da multa de 50% , prevista no art. 42, I “b”, item 3 da Lei nº 7.014/96 e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de março de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR